



J. Freitas

Geraldina de Oliveira (C), ao lado da senadora Ana Júlia (D), recebe diploma

Rosas e canções: Congresso homenageia as mulheres

O Congresso celebrou com chuva de rosas e canções o Dia Internacional da Mulher. Cinco mulheres que se destacaram na defesa da cidadania, dos direitos humanos e políticos receberam o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

São elas a sobrevivente das Ligas Camponesas Elizabeth Teixeira; a lavradora Geraldina de Oliveira; a advogada e deputada Rosmary Corrêa; a funcionária pública Jupyra Ghedini; e a pajé yawanawa Raimunda Putani. **Página 5**

Fim do fator previdenciário e criação de aposentadoria especial para pessoas com deficiência estão entre as decisões da Comissão de Assuntos Sociais

Dona-de-casa pode ter direito a aposentadoria

Três projetos importantes para o futuro da Previdência Social foram acolhidos ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. A proposta de Rodolpho Tourinho que estabelece a

inclusão previdenciária das donas-de-casa obteve aprovação unânime, assim como a de Paulo Paim que acaba com o fator previdenciário, cálculo criado pela reforma da



Célio Azevedo

Rodolpho Tourinho (E) prevê benefício para "milhões de donas-de-casa"

da Câmara. Também foi aprovada proposta de Flávio Arns que estabelece critérios especiais para aposentadoria do segurado portador de deficiência. **Página 4**

Previdência para estimular os segurados a retardar sua aposentadoria. Os dois projetos foram votados em decisão terminativa, o que significa que poderão ser enviados diretamente ao exame

ACORDO DE LÍDERES GARANTE R\$ 5,2 BI PARA COMPENSAR ESTADOS

PÁGINA 8

Paulo Renato diz que é preciso alterar o Fundeb

O Senado deve modificar a proposta que cria o Fundeb para que ela não cause prejuízos à educação em vez de melhorá-la. Essa opinião foi manifestada pelo ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza e pelo ex-secretário de Fazenda da Bahia Albérico Mascarenhas em audiência realizada pela Comissão de Justiça. **Página 6**



Lindomar Cruz/ABr

Estudantes fazem manifestação em frente ao edifício do Congresso Nacional pedindo a rápida aprovação do Fundeb

Renan recebe projeto sobre progressão de pena

O senador Demostenes Torres entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, projeto que prevê a progressão de pena para autores de crimes hediondos. Segundo a proposta, o preso primário deverá cumprir pelo menos metade da pena antes de ter direito à transferência para regime menos rigoroso, e o preso reincidente deverá cumprir dois terços da pena, conforme determinação de um juiz. **Página 3**

Juvêncio da Fonseca e Sérgio Zambiasi condenam invasão, no Rio Grande do Sul, de horto de eucaliptos de empresa de celulose por integrantes de movimentos ligados ao MST

Senadores repudiam destruição de pesquisa genética da Aracruz

Os senadores Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) repudiaram ontem, em discursos, a ação de militantes do grupo Via Campesina e do Movimento das Mulheres Camponesas (ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST) na cidade de Barra do Ribeiro (RS).

Na madrugada de quarta-feira, cerca de 2 mil militantes invadiram e depredaram o Horto Florestal Barba Negra, pertencente à empresa Aracruz Celulose, destruindo cerca de 10 milhões de mudas de eucalipto e equipamentos de pesquisa genética. De acordo com a Via Campesina, o ato foi um protesto contra os chamados “desertos verdes”, grandes propriedades utilizadas apenas para a plantação de árvores destinadas à produção de papel, o que prejudicaria o solo e os rios.

Juvêncio culpou o governo pelo estímulo às invasões a terras produtivas, alegando conivência da cúpula do PT com “as facções lideradas pelo MST, que têm intensificado atos de vandalismo



Juvêncio diz que invasão ocorreu porque governo é conivente com o MST

em nome da reforma agrária”. Lembrou, a propósito, que João Pedro Stédile, integrante da direção do MST, “é hoje importante figura do governo”.

– A desculpa dada por Stédile, de que as mulheres estariam protestando contra a monocultura de eucalipto e não pela morosidade da reforma agrária, é impropriedade e causa repúdio – afirmou.

Já Zambiasi disse considerar inaceitável o uso de violência nas mobilizações dos sem-terra e pediu punição para os invasores. Ele também elogiou a atitude do governador em exercício do esta-



Zambiasi considera inaceitável o uso de violência como forma de manifestação

do, Antônio Hohlfeldt, que ofereceu garantias de segurança para que a Aracruz e outras empresas de celulose permaneçam no Rio Grande do Sul, e a manifestação do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, que declarou que a invasão não contribuiu para a reforma agrária.

O senador Paulo Paim (PT-RS) acrescentou que o presidente Lula também considera inaceitáveis ações como essa. Sibá Machado (PT-AC) lembrou que há muitas organizações de trabalhadores sem-terra no Brasil e nem todas utilizam métodos violentos.

requerimento de voto de repúdio ao grupo Via Campesina, “pelo ato de vandalismo” e desrespeito à produção brasileira no setor de agronegócio. Arthur Virgílio ressaltou que o agronegócio é a sustentação da balança comercial e da saúde da economia brasileira.

Arthur Virgílio solidariza-se com pesquisadora

Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou requerimento à Mesa do Senado de voto de solidariedade a Isabel Gonçalves, pesquisadora da Aracruz Celulose, em Porto Alegre, pelo Dia Internacional da Mulher – 8 de março – e pelo trabalho de pesquisa genética que ela desenvolve há

mais de 20 anos.

– Trata-se, exatamente, daquela mulher que foi levada ao desespero na última quarta-feira, quando viu seu trabalho de pesquisa genética com eucaliptos ser destruído pelo grupo Via Campesina, que é um braço do MST – disse.

O senador apresentou também

Pavan cobra incentivos para pequenos e médios agricultores

Leonel Pavan (PSDB-SC) registrou em Plenário dados de pesquisa sobre agricultura familiar, na qual especialistas em movimentos populacionais apontam que, entre 1960 e 2000, cerca de 60 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais e migraram para os grandes centros urbanos e para as cidades, principalmente na região Centro-Oeste.

O parlamentar pediu a atenção do governo a quatro pontos que considera fundamentais para impulsionar a pequena e média propriedade rural: preparar o agricultor para atender às exigências do consumidor; adotar políticas públicas pontuais, como



Pavan solicita providências para melhoria da agricultura familiar no Centro-Oeste

a ampliação das linhas de crédito a taxas de juros razoáveis; incentivo à inovação tecnológica e ao seguro rural; e implantar planos de safra que garantam previamente as atividades produtoras rurais de médio e pequeno porte.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão não-deliberativa

Às 9h, o Plenário se reúne para sessão não-deliberativa. Sem votações, ela se destina a debates dos parlamentares e comunicados da Mesa e das lideranças. Na semana que vem, os senadores continuam a analisar medidas provisórias e projetos de conversão que trancam a pauta de votações.

Novo presidente do Haiti vem ao Congresso

O recém-eleito presidente do Haiti, René Préval, está em visita ao Brasil. Ele tem encontro marcado com os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) às 10h. O Brasil é o

país que lidera as tropas da missão de paz das Nações Unidas no Haiti, que elegeu Préval depois de um longo período de instabilidade política e social ocasionada pela deposição de Jean-Bertrand Aristide.

Sereno depõe à CPI

O ex-secretário de comunicação do PT Marcelo Sereno depõe às 10h na Sub-Relatoria de Fundos de Pensão da CPI dos Correios. Ele foi acusado de interferir nas indicações dos dirigentes dos fundos.

Ecosenado às 22h30

Às 22h30, a TV Senado exibe o *Ecosenado*, nova série de programas da emissora. A programação reúne as belezas naturais do Ceará e os projetos de preservação da natureza desenvolvidos na região.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed-. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Paulo Paim, Efraim Morais, Mozarildo Cavalcanti e Mão Santa e pela senadora Heloísa Helena



Célio Azevedo

Jefferson indigna-se com mandado impetrado por ex-ministros do STF

Jefferson Péres defende teto salarial do funcionalismo

Jefferson Péres (PDT-AM) demonstrou indignação em relação ao mandado de segurança impetrado por quatro ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal (STF) contra o cumprimento do teto salarial do funcionalismo que reduziu suas aposentadorias.

O senador leu o artigo 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, segundo o qual vencimentos, remuneração, vantagens, adicionais e proventos de aposentadoria serão imediatamente reduzidos aos limites do teto de remuneração dos ministros do STF, não se admitindo invocação de direito adquirido, que é o argumento dos ex-ministros.



Roosevelt Pinheiro

Criação da carreira de auditor-fiscal de saúde tem apoio de Augusto Botelho

Augusto Botelho propõe fortalecer auditoria do SUS

Augusto Botelho (PDT-RR) defendeu reivindicação da União Nacional dos Auditores do Sistema Único de Saúde (Unasus), de criação da carreira de auditor-fiscal de saúde. Segundo o parlamentar, essa seria uma forma de fortalecer a auditoria do SUS, que hoje opera com o segundo maior orçamento entre todos os órgãos do Executivo.

– Há mais de dez anos a Unasus vem alertando as autoridades para essa necessidade. Observem que a criação da carreira se impõe não apenas por uma questão de justiça para a categoria, mas por questão de bom senso, de inteligência e responsabilidade com a gestão de recursos públicos – reiterou.

Projeto de Demostenes exige que condenados por crime hediondo cumpram ao menos metade da pena em regime fechado, se réus primários, e dois terços, se reincidentes

Projeto amplia tempo em regime fechado para crime hediondo

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o projeto de lei que estabelece progressão de pena para autores de crimes hediondos, de sua autoria, sugerido em reunião de líderes partidários. De acordo com a proposição, o preso primário deverá cumprir pelo menos metade da pena antes de ter direito à transferência para regime menos rigoroso, e o preso reincidente deverá cumprir dois terços da pena, conforme determinação de um juiz.

Demostenes explicou que no último dia 23 de fevereiro o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a lei de crimes hediondos no que diz respeito à exigência de cumprimento integral da pena em regime fechado. Com a decisão, os condenados por crime hediondo podem ser beneficiados pela progressão de pena para o regime condicional semi-aberto ou aberto, como



Gerardo Magela

Demostenes entrega a Renan a proposta, que será apreciada na CCJ em regime de urgência

ocorre com os condenados por outros tipos de delito. O benefício é concedido após cumprimento de um sexto da pena e de mostras de bom comportamento na prisão. O senador disse que um condenado a 30 anos de pena poderia estar livre em cinco anos.

– Nós estamos estabelecendo um regime diferenciado para o semi-aberto e, com isso, voltando ao rigor da legislação anterior. Se o réu for primário, e se condenado a 30 anos, tem que cumprir pelo menos 15 em regime fechado; e se

for reincidente, condenado a 30, ficará preso em regime fechado no mínimo 20 – exemplificou.

Ele disse ainda que todos os líderes concordaram em dar velocidade ao trâmite da matéria, mas o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), solicitou que o ministro da Justiça possa examinar o projeto e fazer sugestões quanto ao elenco de crimes tipificados como hediondos. A proposta segue para apreciação da Comissão de Justiça (CCJ) em caráter terminativo.

Antonio Carlos quer Forças Armadas atuando no combate ao crime

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu “o urgente ingresso das Forças Armadas no combate ao crime”. O senador citou declaração que o comandante do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque, teria dado em 2003, segundo a qual “a Força deve acompanhar a evolução do quadro de segurança pública, com atenção às áreas em que a capacidade do aparato policial das unidades da Federação,

para manter a lei e a ordem, esteja se esgotando”.

Ele afirmou que, atualmente, a criminalidade não respeita nem mesmo os quartéis, referindo-se ao assalto realizado no último dia 3 em um quartel da cidade do Rio de Janeiro, em que foram roubados dez fuzis e uma pistola.

Antonio Carlos citou ainda enquête do site de notícias *Globo Online*, segundo o qual 90% dos seus leitores aprovam a operação



Roosevelt Pinheiro

Antonio Carlos defende presença dos militares nas ruas contra a criminalidade

do Exército que vem sendo realizada no Rio de Janeiro, além de confirmarem que se sentem mais seguros com a presença dos militares nas ruas.

Almeida Lima critica absolvição de deputados

Almeida Lima (PMDB-SE) criticou a decisão da Câmara dos Deputados de não aprovar a cassação dos mandatos dos deputados Roberto Brant (PFL-MG) e Professor Luizinho (PT-SP), acusados de quebra de decoro parlamentar.

– Os dois parlamentares receberam, comprovadamente,



Roosevelt Pinheiro

Almeida Lima: indignação com decisão da Câmara que absolveu acusados

dinheiro do empresário Marcos Valério, principal operador do esquema de captação de recursos para o caixa dois do PT – acusou, dizendo que a

composição da Câmara “é uma fotografia do povo brasileiro”, pois todos os deputados são eleitos pela população.

– É fato que parte da classe política perdeu a vergonha, mas parte do povo perdeu a capacidade de se indignar e reagir – lamentou o parlamentar.

Almeida Lima considera inadmissível que a sociedade brasileira e seus segmentos mais representativos como imprensa, intelectuais, igrejas, sindicatos e outros continuem passivos diante “de tanta roubalheira”.



J. Freitas

País deve encontrar formas pacíficas e justas de corrigir rumos, diz Cristovam

Cristovam sugere “invadir” morros do Rio com assistência

Em um discurso repleto de simbolismos e analogias relativas ao ato de invadir, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu, ontem, a invasão dos morros do Rio de Janeiro por professores, equipamentos para postos de saúde, computadores para as escolas e creches, por artistas com *shows* de *rock* e música clássica e pelo esporte. A ocupação dos morros por bolsas de estudo e empregos e para os jovens, afirmou o senador, evitaria a atual invasão por tropas do Exército.

Cristovam chamou a atenção para a necessidade de o país encontrar formas pacíficas e justas de corrigir seus rumos, sem distinções ideológicas e partidárias.

Gilvam condena ocupação de favelas pelo Exército

A ocupação de favelas do Rio de Janeiro pelo Exército foi criticada ontem pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Ele considerou a justificativa de recuperar dez fuzis roubados de um quartel em São Cristóvão desproporcional à mobilização militar. O parlamentar disse acreditar que o presidente Lula e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, tomarão providências para reverter a falta de segurança. Sugeriu uma estratégia de inteligência como a Operação Mãos Limpas, adotada pela Itália. “Não estou criticando as Forças Armadas, mas essa ocupação deveria ser mais bem planejada”, disse.



Moreira Mouriz

Operação Mãos Limpas, segundo Gilvam, deve inspirar autoridades brasileiras

Aprovadas indicações para embaixada e agência internacional

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem pareceres sobre duas indicações de diplomatas feitas pelo governo: a de Antonio José Vallim Guerreiro para assumir o cargo de representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea) e a de Antonino Marques Porto e Santos para a embaixada brasileira no Equador. As mensagens dependem agora da deliberação do Plenário.

O Brasil é membro-fundador da Aiea, única agência internacional especializada em questões relativas à energia nuclear. Guerreiro vem acumulando experiência nessa área desde 1995, quando passou a integrar o Comitê Permanente Brasil-Argentina sobre Política Nuclear, chefiando a delegação brasileira. O diplomata também participa de encontros internacionais na área de energia nuclear e de controle de tecnologia de mísseis.

Já o diplomata Antonino Porto e Santos, foi conselheiro na embaixada em Washington (Estados Unidos) e côsul-geral em Montreal (Canadá). De acordo com a apresentação da mensagem presidencial, o relacionamento entre o Brasil e o Equador realiza-se “com ênfase na busca de uma coordenação regional de posições, no Grupo do Rio, no processo negociador da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), na esfera do Tratado de Cooperação Amazônica e, ultimamente, no âmbito da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa)”.

Fitogenética

A CRE aprovou também o texto do tratado internacional sobre recursos fitogenéticos para alimentação e agricultura. O acordo foi aprovado na XXXI Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) realizada em Roma, em 2001. O Brasil assinou o texto em 2002.

O acordo prevê, entre outros dispositivos, definições dos termos relativos às questões incluídas no tratado. Pelo texto, fitogenético é “qualquer material genético de origem vegetal com valor real ou potencial para a alimentação e a agricultura”.

O tratado contém vertente econômico-comercial que interessa ao Brasil, ao prever o acesso facilitado a determinados recursos de importância para a alimentação e a agricultura e, ainda, instituir contrapartidas multilaterais.

Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem por unanimidade, em decisão terminativa, projeto que amplia acesso aos benefícios da Previdência



Autor do texto acolhido na CAS, Tourinho lembra que a PEC Paralela da Previdência visava à inclusão de setores afastados do sistema

Donas-de-casa poderão ter direito a aposentadoria especial

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) acolheu ontem três decisões importantes para o futuro da Previdência Social. Aprovou, em decisão terminativa, projetos que estabelecem a criação de aposentadoria especial para as donas-de-casa e o fim do chamado fator previdenciário, e deu parecer favorável à proposta de criação de aposentadoria especial aos portadores de deficiência.

Apresentado pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), o Projeto de Lei 318/05, que estabelece a inclusão previden-

ciária das donas-de-casa, foi aprovado por unanimidade pela comissão.

– Milhões de donas-de-casa passarão a ter direito aos benefícios da Previdência – previu Tourinho, lembrando ter tomado a iniciativa de apresentar seu projeto depois da aprovação da chamada PEC Paralela da reforma previdenciária, que tinha entre seus objetivos a inclusão de setores até hoje afastados do sistema.

De acordo com o projeto, terão direito a uma alíquota de contribuição de 11% para a Previdência

o segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico, desde que pertença a família de baixa renda, e o contribuinte individual com renda mensal de até dois salários mínimos e que trabalhe por conta própria.

A proposta contou com parecer favorável do relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que ressaltou o “grande interesse social” da iniciativa. De acordo com a opinião do parlamentar, o mecanismo de inclusão previdenciária ajudará a aumentar a receita da Previdência.

Comissão acolhe o fim do fator previdenciário

Igualmente em decisão terminativa e por unanimidade, foi aprovado pela comissão projeto de Paulo Paim (PT-RS) que acaba com o fator previdenciário, cálculo criado pela reforma da Previdência para estimular os segurados a retardar a sua aposentadoria (PLS 296/03). Pelo sistema atual, as aposentadorias de segurados mais jovens são menores do que as dos trabalhadores que decidem postergar a decisão de se aposentar, uma vez que se leva em conta a expectativa média de vida do segurado.

De acordo com o projeto, o salário de benefício será calculado por meio da média aritmética simples dos últimos 36 salários de contribuição, apurados em período não superior a 48 meses. Como expõe o autor da proposta, pretende-se “resgatar os critérios anteriores de cálculos dos benefícios previdenciários, evitando a utilização da Previdência Social como instrumento de ajuste das

contas públicas, em evidente prejuízo para seus beneficiários”.

O relator, senador Mão Santa (PMDB-PI), anunciou que seu voto era pela aprovação da matéria, “com louvor”. Ele observou que os benefícios previdenciários são eficazes na distribuição de renda e que “muitos sacrifícios já foram exigidos de aposentados”.

Pessoas com deficiência

A CAS aprovou também parecer favorável ao Projeto de Lei 358/05 Complementar, de Flávio Arns (PT-PR), que estabelece critérios especiais para a concessão de aposentadoria ao segurado portador de deficiência. Pelo texto, que será examinado pelo Plenário, fica aberta a possibilidade de aposentadoria por idade aos 55 anos, para os homens, e 50, para as mulheres, desde que o portador de deficiência tenha feito pelo menos 180 contribuições – no caso de ter-se inscrito depois de 1991 – e de 60 a 180 contribuições para os inscritos

antes dessa data.

Ao apresentar seu parecer favorável, o relator *ad hoc*, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), lembrou que a aposentadoria especial para os portadores de deficiência já havia sido acertada com o governo durante a discussão da reforma previdenciária.

Foram acolhidos ainda pela CAS quatro requerimentos, dois deles de Paulo Paim. O primeiro pede a realização de audiência – em conjunto com a Subcomissão Permanente do Trabalho e da Previdência – sobre os reajustes de aposentadorias, com a presença do ministro Nelson Machado. O segundo sugere audiência sobre a proibição do desconto em folha de contribuição assistencial. Por iniciativa de Flávio Arns, haverá audiência sobre o exercício profissional da acupuntura. Outra audiência, esta sugerida por Mão Santa, discutirá o exercício, por estrangeiros, de profissões na área da saúde.



Paim comemora a decisão da Comissão de Assuntos Sociais de aprovar seu projeto

Paim quer preservar vencimentos no ato da aposentadoria

O senador Paulo Paim (PT-RS) saudou em Plenário, ontem, a aprovação do projeto de lei de sua autoria que acaba com o fator previdenciário. O fator foi um instrumento criado em 1999 na reforma da Previdência para estimular os segurados a retardar suas aposentadorias. No ato da aposentadoria, lembrou Paim, o índice reduz os vencimentos das mulheres em 35% e dos homens em 30%.

O senador ressaltou que, com a aprovação da matéria, voltará a vigorar o cálculo das aposentadorias baseado na média de vencimentos recebidos pelos segurados nos últimos 36 meses.



Efraim endossa pleito do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho

Efraim apóia auditor fiscal do trabalho na Super-Receita

A inclusão dos auditores fiscais do trabalho no âmbito da Receita Federal do Brasil foi defendida ontem pelo senador Efraim Morais (PFL-PB). Ele manifestou “total apoio” à emenda do senador Demostenes Torres (PFL-GO) que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos e que inclui o cargo de auditor fiscal da Receita, da Previdência e do Trabalho no âmbito da chamada Super-Receita.

Efraim lembrou que a unificação pretendida, apesar de prevista em lei, não se concretizou. O senador entende que a emenda vem ao encontro do pedido que lhe foi feito pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Sobrevivente das Ligas Camponesas, trabalhadora rural, pajé, advogada e funcionária pública recebem o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

Com chuva de pétalas, Congresso homenageia a mulher

Com chuva de pétalas de rosas e canções, o Congresso Nacional celebrou ontem, em sessão solene, o Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março. Na ocasião, cinco mulheres que se destacaram na defesa da cidadania, dos direitos humanos e políticos da mulher brasileira receberam o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2005/2006. As homenageadas foram: a sobrevivente das Ligas Camponesas na Paraíba Elizabeth Altino Teixeira, a trabalhadora rural Geraldina Pereira de Oliveira, a advogada e deputada estadual de São Paulo Rosmary Corrêa, a funcionária pública federal Jupyra Barbosa Ghedini e a pajé yawanawa Raimunda Putani.

A sessão foi aberta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que logo anunciou as agraciadas com o prêmio Bertha Lutz para, em seguida, comunicar a composição da Mesa. Estavam presentes sua mulher, Maria Verônica Calheiros; a senadora Serys Slhessarenko; a



Raimunda Putani (E), ao lado de Serys e Renan: viagem de canoa, carro e avião para chegar a Brasília

deputada Laura Carneiro; a ministra-adjunta da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, Maria Laura; a embaixadora da Palestina, Mayada Abbassi; e Marisa Gomes Alencar, mulher do vice-presidente José Alencar.

Em seguida, a cantora Célia Porto, acompanhada pelo pianista Rênio Quintas, interpretou as canções *Chafariz* e *Tororó*. Depois da entrega dos prêmios, cantou *Curumim*. A pajé yawanawa Raimunda Putani e sua irmã Kátia, que viajaram de canoa, carro e avião por mais de um dia, do Acre até Brasília, também entoaram um canto em homenagem às mulheres brasileiras, emocionando a platéia.

– É muita emoção para o Senado da República do nosso país – disse Serys, que presidia a Mesa. O senador Tião Viana, encarregado de entregar o diploma Bertha Lutz à pajé, também elogiou o canto.

Serys anunciou ainda uma homenagem a Marisa Gomes Alencar, que recebeu um presente entregue pela senadora Ideli Salvatti, e a Maria Laura, presenteada com flores pela senadora Heloísa Helena. Em seguida, houve uma salva de palmas e uma chuva de pétalas de rosas em homenagem à mulher brasileira.

Da tribuna, senadores destacam a força, a determinação e a capacidade de resistir

Veja o que disseram os oradores da sessão solene do Congresso Nacional sobre a mulher brasileira



PRIMEIRO ORADOR DA SESSÃO solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, Renan Calheiros considerou inadmissível que os números da violência contra a mulher, especialmente a violência doméstica, “continuem manchando a dignidade nacional”. Para mudar essa realidade, ele recomendou que governo, Legislativo, Judiciário e sociedade civil trabalhem juntos, na construção de uma rede de prevenção da violência, atendimento e proteção às mulheres.



EDUCAÇÃO É A MELHOR ARMA para mudar a situação de violência contra mulheres e crianças, afirmou Serys Slhessarenko (PT-MT) ao assumir a presidência da sessão do Congresso em homenagem à mulher. A senadora conclamou todos os brasileiros a empreenderem uma luta sem trégua por uma sociedade mais justa e igualitária para homens e mulheres, independentemente de raça, religião ou classe social.



FORÇA E DETERMINAÇÃO foram as qualidades das cinco mulheres agraciadas com o Diploma da Mulher-Cidadã Bertha Lutz destacadas pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). São mulheres desse porte, observou ela, que conseguem mudar o Brasil e o mundo. Lúcia Vânia avaliou ainda que, aos poucos, vem crescendo a participação da mulher no Legislativo federal, nas prefeituras e nas câmaras de vereadores.



“**NÃO PERCAM A ESPERANÇA** nem se acomodem!”, aconselhou Cristovam Buarque (PDT-DF) às mulheres excluídas do país. Àquelas que têm uma vida mais confortável, ele pediu generosidade para lutar por um país onde as que enfrentam a falta de trabalho, de terra, de escolas e de hospitais tenham acesso ao essencial a que todo brasileiro tem direito. Cristovam espera que um dia o Brasil possa falar em “mulher no singular”, todas com qualidade de vida homogênea.



MILITANTE CAMPONESA PARAIBANA, Elizabeth Altino Teixeira, de 81 anos, foi saudada ontem por Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele lembrou que o filme *Cabra Marcado para Morrer* conta a história da família Teixeira e mostra por que Elizabeth é merecedora do Diploma Bertha Lutz. Primeira paraibana agraciada com o prêmio, Elizabeth é viúva do líder camponês João Pedro Teixeira, assassinado em 1962 por sua luta pela reforma agrária, em Sapé (PB).



A LUTA DAS TRABALHADORAS rurais recebeu homenagem especial da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), na pessoa de Geraldina Pereira de Oliveira, uma das cinco agraciadas com o Diploma Bertha Lutz. Para a parlamentar, são mulheres guerreiras do campo, como Geraldina, que, enfrentando a pobreza e a discriminação, tornam-se símbolos da luta contra a impunidade e pelo triunfo da paz no campo e na sociedade em geral.



AS CONQUISTAS FEMININAS ainda são recentes na história, lembrou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ao conclamar as mulheres a ampliarem sua participação na política. Segundo observou o parlamentar, os partidos não têm conseguido preencher a cota de 30% das candidaturas destinadas às mulheres. O parlamentar homenageou as colegas do Senado Federal e também a filha dele, a prefeita de Três Lagoas (MS), Simone Tebet.



MÃES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES que vivem na rua, abandonadas pela sociedade, precisam ser lembradas, afirmou Heloísa Helena (PSOL-AL). A senadora disse desejar fazer uma homenagem especial a Maria Ivone, líder do Partido Comunista do Brasil, que sobreviveu à luta contra a ditadura militar na qual seu marido foi assassinado, tendo também vencido a batalha contra um câncer, contou. Heloísa elogiou ainda sua colega Patrícia Saboya (PSB-CE).



NA RAIZ DA VIOLÊNCIA e dos abusos contra a mulher está a discriminação contra o sexo feminino, afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR). Segundo ele, recente estudo da Anistia Internacional mostrou que ainda existem 36 países que abrigam, em seu arcabouço jurídico, leis que discriminam a mulher. Para Alvaro, o Dia Internacional da Mulher representa uma boa oportunidade para sugerir novos caminhos que venham a permitir à mulher o pleno exercício de sua cidadania.



AS MULHERES QUE PASSAM por dificuldades materiais foram lembradas ontem por Patrícia Saboya (PSB-CE). Ela lamentou que ainda se precise apelar aos homens para que respeitem as mulheres e elogiou todas as que enfrentam diariamente desafios e ainda assim “conseguem ser mulheres em sua plenitude”. Patrícia pediu a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).



AS DONAS-DE-CASA BRASILEIRAS que lutam pelo direito à aposentadoria foram homenageadas pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Ele recordou a busca das mulheres ao redor do mundo pela igualdade de gênero. Arthur Virgílio disse que anseia por uma época em que já não seja necessário comemorar o Dia da Mulher, da mesma forma que não se comemora o Dia do Homem. Essa situação, frisou, demonstrará que se chegou à igualdade de gênero.

Em debate promovido pela CCJ, com participação da CDR, autoridades do setor de educação apontam falhas no novo fundo

Especialistas sugerem mudanças no Fundeb

A proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb) tem que ser modificada antes de aprovada no Senado, para que não cause prejuízos à educação em vez de melhorá-la. Essa foi a conclusão a que chegaram as autoridades convidadas para a segunda audiência pública realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que vai discutir a proposta (PEC 9/06). Os integrantes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) acompanharam a reunião.

O Fundeb irá substituir o Fun-

do de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Para o ex-ministro da Educação Paulo Renato de Souza, é preciso criar mecanismos constitucionais que garantam a compatibilização da distribuição dos recursos entre os três níveis de ensino – infantil, fundamental e médio. Em sua opinião, o Fundeb, da forma como está, vai destinar menos recursos para o ensino fundamental, em detrimento dos outros dois, uma vez que os cálculos para o recebimento dos recursos são feitos com base no número de alunos matriculados.

Na avaliação de Albérico Machado Mascarenhas, ex-se-

cretário de Fazenda da Bahia, é fundamental que o governo federal se comprometa com o Fundeb, pois, da maneira como está proposto, vai representar perda significativa em relação ao atual modelo.

Já o governador de Sergipe, João Alves Filho, discorda de como a União participará do Fundeb e também do tratamento diferenciado aos estados na distribuição dos recursos. Ele lembrou que, pela PEC, o comprometimento de 10% da União com o novo fundo será feito gradativamente nos próximos cinco anos e que somente os estados brasileiros com os piores índices educacionais serão beneficiados adequadamente.

– A minha proposta é que a União participe imediatamente com os 4,5 bilhões de reais prometidos, sendo 70% desse total destinados aos nove estados mais carentes e 30% às demais regiões, para que possam manter os programas já implantados – sugeriu João Alves.

Na próxima terça-feira, será realizada a terceira audiência pública para discutir a matéria. Os convidados são o presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Newton Lima; a presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, Juçara Maria Dutra Vieira; e a secretária municipal de Educação de Caxias do Sul (RS), Mariza Abreu.



Agripino: se for aprovado como está, Fundeb reduzirá valor por aluno

Para Agripino, proposta precisa ser melhorada

José Agripino (PFL-RN) afirmou ontem que o seu partido apóia a PEC que cria o Fundeb, mas se disse aliviado pelo fato de os senadores não terem aprovado a matéria durante a convocação extraordinária, pois, em sua opinião, a proposição precisa ser melhorada.

– Que maldade teríamos feito com a educação no Brasil se tivéssemos acolhido a PEC a toque de caixa! Teria sido um desatino – concluiu, explicando que, se aprovado como veio da Câmara, o Fundeb acabaria por reduzir o valor que cada escola recebe por aluno.

O senador explicou que o Fundef destina 15% do orçamento de estados e municípios, resultando em recursos para as escolas de, em média, R\$ 630 por aluno. Como o Fundeb aumenta aquela alíquota para 20% do orçamento, mas praticamente dobra o número de estudantes atendidos, cada escola receberia menos recursos por aluno. Em razão disso, ele defendeu mais estudos sobre o Fundeb.

– Não seremos um país desenvolvido se não melhorarmos o padrão de educação do Brasil – ressaltou.

Heloísa Helena (PSOL-AL) frisou que o governo quer fazer demagogia com o dinheiro alheio, uma vez que estaria dizendo que os recursos para o Fundeb seriam federais, sendo que a maioria das verbas viria de estados e municípios. Paulo Paim (PT-RS) concordou que todos querem discutir, votar e melhorar o texto da PEC.

Garibaldi Alves (PMDB-RN) e Mão Santa (PMDB-PI) também apoiaram o projeto, mas ressaltaram a necessidade de ouvir as prefeituras, que estariam preocupadas com a possibilidade de desequilíbrio financeiro em decorrência da aprovação da matéria.

Patrícia e Fátima Cleide querem agilizar votação

Acompanhadas de representantes da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, da Campanha Nacional para o Direito à Educação e do Movimento Pró-Fundeb, as senadoras Patrícia Saboya (PSB-CE) e Fátima Cleide (PT-RO) pediram ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, prioridade para a aprovação da proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Os representantes dos movimentos querem votar a matéria até quarta-feira, conforme explicou Fátima Cleide.

– Nosso trabalho agora vai ser o de sensibilizar os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e o relator da matéria, José Jorge (PFL-PE), para que apresente o mais rápido possível o relatório – explicou.

Na mesma ocasião, Patrícia disse que há grande mobilização em torno do assunto. Em sua opinião, o relator da PEC e o presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), estão sensibilizados para a importância de se votar logo a proposta de emenda. Segundo a senadora, é possível antecipar audiência pública prevista para tratar do assunto e realizá-la em reunião extraordinária, de forma a possibilitar que o relatório seja apresentado e a matéria votada na quarta-feira.



Acompanhado por Patrícia, o aluno Marcus Vinicius entrega a ACM carta de apoio ao Fundeb

Senadores apontam necessidade de discutir fundo para o ensino básico

Para o relator da proposta que cria o Fundeb, José Jorge, os depoimentos dos convidados para a audiência pública na CCJ foram importantes para mostrar a dificuldade em se aprovar a proposição da forma como está.

– A participação da União no Fundeb é tímida. Acho também que a inclusão do ensino infantil na proposta foi positiva, mas é preciso que nos atentemos para a questão dos recursos necessários – afirmou José Jorge.

Já Cristovam Buarque (PDT-DF) acredita ser essencial garantir padrões mínimos de qualidade para as escolas brasileiras, tanto no aporte de recursos quanto na organização do próprio fundo, que, na opinião dele, não deveria ser apenas um, mas três, sendo um para cada nível de ensino (infantil, fundamental e médio). Segundo Cristovam, que foi ministro da Educação, é necessário

não apenas alterar a PEC, mas debater outras medidas necessárias para que a educação brasileira seja de qualidade.

– Proponho não só que nos neguemos a aprovar o Fundeb da maneira como está, mas também apresentemos emendas à PEC e aproveitemos para discutir outros padrões de qualidade para a educação brasileira – disse.

De acordo com Pedro Simon (PMDB-RS), é importante não só analisar a PEC com mais profundidade, mas discuti-la com os profissionais de educação, que defenderam, na primeira audiência sobre a matéria, a aprovação urgente da PEC sem modificações.

Também participaram do debate os senadores José Agripino (PFL-RN), Sibá Machado (PT-AC), Eduardo Suplicy (PT-SP), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Ana Júlia Carepa (PT-PA).

Antonio Carlos recebe carta em favor do fundo

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), recebeu de um aluno da Escola Classe 7 de Ceilândia (DF) carta em defesa da PEC que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O documento foi entregue ontem, no momento em que o senador presidia audiência pública sobre o novo fundo. Acompanhado pela senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), o estudante Marcus Vinicius participava com colegas e professores de Ceilândia do ato público em favor do Fundeb.

Na carta, os líderes do movimento pedem a atenção do senador para a matéria, que, segundo eles, interessa aos 50 milhões de alunos e alunas da educação pública, a outros milhões que não têm acesso ao sistema educacional e a mais de 2 milhões de profissionais de educação do país.

“Nossa expectativa é que o Fundeb entre em vigor o quanto antes e que não haja retrocessos quanto às conquistas alcançadas na Câmara em relação ao projeto do governo”, diz o documento assinado por várias entidades, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.



Jane Araújo

Ministra do Meio Ambiente convida Renan para a 8ª Conferência da Biodiversidade

Marina Silva defende veto parcial à Lei de Gestão de Florestas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, convite para participar da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade, que acontecerá em Curitiba, neste mês, e reunirá 188 países.

Indagada sobre o veto de Lula a dispositivos da Lei de Gestão de Florestas Públicas, a ministra sustentou que não houve quebra de compromisso pelo governo.

– O Legislativo ofereceu à sociedade uma importante ferramenta de proteção das florestas e combate à grilagem. Os aperfeiçoamentos ainda podem ser encaminhados via projeto paralelo.



Roosevelt Pinheiro

Flexa Ribeiro afirma que não foram feitos repasses federais ao estado

Flexa Ribeiro contesta declarações de Lula sobre o Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) contestou declaração do presidente Lula, feita durante visita ao município paraense de Marabá há duas semanas, de que o governo federal aplicou R\$ 5,547 bilhões no estado.

– Não há recursos federais no estado do Pará. Essa é a realidade. Ou o presidente Lula está sendo enganado por sua assessoria, ou falta com a verdade para tentar enganar o povo do Pará – disse.

O senador cobrou o asfaltamento das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, a conclusão das eclusas do rio Tocantins no município de Tucuruí (PA) e uma solução para o impasse sobre a Lei Kandir.

Em depoimento à CPI dos Bingos, Benedito Antônio Valencise afirma que inquéritos policiais contêm provas da participação do então prefeito em contratos irregulares

Delegado vê envolvimento de Palocci nas fraudes em Ribeirão

Em depoimento ontem à CPI dos Bingos, o delegado seccional de Ribeirão Preto (SP), Benedito Antônio Valencise, relatou detalhes das investigações sobre irregularidades em contratos da prefeitura do município com a empresa de varrição urbana Leão Leão. Segundo o depoente, os inquéritos policiais contêm provas e indícios do envolvimento dos então prefeitos Antonio Palocci e

Gilberto Magioni no comando do esquema, em conjunto com Luiz Cláudio Leão.

As investigações, informou, começaram há dois anos, desencadeadas por escutas telefônicas realizadas pelo Ministério Público e pela Polícia Civil. O inquérito, afirmou, aponta funcionários da Leão Leão e da prefeitura como suspeitos de formação de quadrilha e fraudes em licitações.

Senadores petistas desqualificam as acusações

Senadores do PT reagiram às acusações feitas pelo delegado Benedito Valencise contra o então prefeito de Ribeirão Preto Antonio Palocci. Os parlamentares informaram que o delegado é acusado de praticar torturas com o objetivo de forçar confissões. O depoente havia afirmado que os inquéritos que investigam irregularidades no município contêm provas que sustentariam um pedido de indi-

ciamento de Palocci, se ele não tivesse foro privilegiado por ser ministro de Estado.

Os senadores petistas Eduardo Suplicy (SP), Flávio Arns (PR), Ideli Salvatti (SC) e Tião Viana (AC) questionaram o delegado sobre várias acusações de tortura de presos das quais é alvo. Suplicy informou que existem investigações do Ministério Público e da Ordem dos Advogados

– É evidente a participação dos prefeitos. Era um esquema muito grande, não é possível que só funcionários subalternos participassem – opinou o delegado.

Mais de 2 mil notas fiscais frias e ordens de serviço falsificadas foram apreendidas, afirmou o depoente, o que comprovaria os superfaturamentos, cujos recursos desviados seriam destinados, em parte, para campanhas políticas.

do Brasil que indicam a participação de Valencise em torturas em Ribeirão Preto. Ao refutar as acusações, o delegado disse que eram oriundas de traficantes, ladrões e assassinos e que nenhuma das acusações foi comprovada.

Para o presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais (PFL-PB), os senadores do PT não tiveram argumentos para rebater as acusações do delegado.

Para José Jorge, ministro não tem condições de permanecer no cargo

Após comentar os depoimentos prestados pelo motorista Francisco das Chagas Costa e por três funcionários da prefeitura de Ribeirão Preto à CPI dos Bingos, o senador José Jorge (PFL-PE) afirmou que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, fica em posição desconfortável para continuar conduzindo a política econômica do país.

Sua avaliação baseia-se na confirmação pelos três funcionários da existência de superfaturamento em contratos de limpeza urbana entre a prefeitura e a empresa Leão Leão na época em que Palocci era prefeito de Ribeirão Preto.



Roosevelt Pinheiro

José Jorge cita depoimentos que provam denúncias contra Palocci em Ribeirão Preto

– Pela primeira vez na história um ministro da Fazenda deverá responder a processo no STF [Supremo Tribunal Federal] por formação de quadrilha e peculato – afirmou o parlamentar.



Roosevelt Pinheiro

Mozarildo: Ottomar trabalha por Roraima desde antes da existência do estado

Mozarildo presta homenagem a Ottomar Pinto

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou, ontem, o governador de Roraima, Ottomar Pinto. Além de ressaltar a importância do trabalho desenvolvido para a transformação do então território de Roraima em estado, Ottomar Pinto, segundo Mozarildo, executou uma série de obras na

atual administração.

– O mais importante é que o governador, tendo percorrido longa trajetória em diversos cargos públicos, não tem nenhuma acusação de desvio de conduta ou de envolvimento em escândalo em sua carreira como político e governante – destacou.



Assunção Costa

Delcídio afirma que não há acordo para encerrar trabalhos da comissão

Delcídio anuncia que CPI apresentará relatório no dia 21

Em entrevista à imprensa, o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), anunciou ontem que o relatório da comissão será apresentado no próximo dia 21 e que um novo depoimento do publicitário Duda Mendonça deverá ser tomado na próxima quarta-feira. Ele afirmou ainda que os relatórios das sub-relatorias serão apresentados no início da próxima semana e que a prorrogação dos trabalhos da CPI dependeria da assinatura de 27 senadores e 171 deputados federais.

Delcídio Amaral afirmou que não existe um “acordo” entre os partidos para a conclusão dos trabalhos da comissão.

Virgílio critica Lula por tratar de assuntos fúteis

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), criticou duramente o presidente Lula por telefonar publicamente para o técnico da seleção brasileira de futebol, Carlos Alberto Parreira, a fim de pedir apoio para o jogador Ronaldo.

Exibindo tanto a foto de Lula publicada ontem por *O Globo*, em que o presidente conversa com Parreira pelo celular, quanto a da manchete da *Folha de S. Paulo*, em que se vêem meninos de favelas cariocas fazendo gestos obscenos para soldados do Exército, Virgílio acusou o presidente de tratar de assuntos fúteis em meio a uma grave crise de segurança.



Roosevelt Pinheiro

Virgílio estranha pedido de Lula a Parreira em favor de Ronaldo



Roosevelt Pinheiro

Fátima Cleide anuncia que a Funai vai tentar solucionar o bloqueio de rodovia

Fátima Cleide pede negociação com indígenas

Fátima Cleide (PT-RO) registrou a interdição, por indígenas, da BR-364 em seu estado, no trecho entre Cacoal e Pimenta Bueno. Eles reivindicam melhor atendimento na área de saúde. A senadora disse que informou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, sobre a situação e que um representante da Funai irá ao local para negociar uma solução.

Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Valdir Raupp (PMDB-RO) enalteceram as providências tomadas por Fátima Cleide para amenizar o conflito.

Comissão do Orçamento aprovou o corte de R\$ 900 milhões nas emendas de comissões e de bancada para serem destinados à compensação dos estados exportadores

Acordo acaba com impasse na votação do Orçamento

Depois de várias semanas de impasse, os líderes partidários, o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), e o relator-geral do Orçamento de 2006, deputado Carlito Merss (PT-SC), firmaram ontem acordo, por escrito, destinando R\$ 5,2 bilhões de recursos da

União para os estados, dentro dos critérios da Lei Kandir e de outras normas de fomento às exportações. Os termos do acordo farão parte do relatório-geral.

O relatório de Merss, pronto há duas semanas, finalmente foi lido na CMO. O texto deve passar por ajustes antes da votação, que deve ser realizada na terça-feira.



José Cruz

Mestrinho e líderes assinam acordo e proposta volta a caminhar

Se não surgirem novos impasses, a última votação da proposta, no Plenário do Congresso, tem chance de ocorrer ainda neste mês, com um atraso de mais de três meses – a votação normal do projeto orçamentário costuma terminar antes do Natal.

Os termos do acerto partidário forçam os estados e o Ministério

da Fazenda a finalmente chegar a um acordo sobre a regulamentação do fundo de ressarcimento de exportações previsto na Lei Kandir. Com essa finalidade, os secretários e o ministro reúnem-se em Brasília na segunda-feira.

O acordo prevê que, além de verba inicial de R\$ 3,4 bilhões separada por Merss, os estados exportadores terão outros R\$ 900 milhões. Esse dinheiro sairá de um corte nas emendas de comissões e de bancadas, mas ainda não está definido quais despesas serão cortadas. Outros R\$ 900 milhões poderão ser repassados aos estados, desde que haja “excesso de arrecadação”.



Roosevelt Pinheiro

Garibaldi aponta prejuízos aos compradores de milho no Nordeste

Garibaldi defende normalização de programa agrícola

Garibaldi Alves (PMDB-RN) defendeu a normalização dos programas que visam abastecer o Nordeste com milho subsidiado. Ele afirmou que esses programas – executados pelo Ministério da Agricultura por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – vêm enfrentando atrasos, o que prejudica os compradores do produto, entre eles avicultores e suinocultores.

Garibaldi disse que um dos argumentos utilizados para justificar os atrasos é que estariam sendo apuradas irregularidades nesses programas. Mas ele ressaltou que “o produtor não tem nada a ver com isso”.

Estados mais pobres se rebelam contra cortes

Os governadores dos estados mais pobres do país reclamaram da decisão do relator-geral do Orçamento de 2006, deputado Carlito Merss, de fazer cortes nas emendas das comissões e das bancadas do Congresso para destinar R\$ 900 milhões aos estados exportadores como compensação da isenção do ICMS (Lei Kandir). Eles argumentam que os estados pobres perderão verbas para beneficiar os exportadores, mais ricos.

As emendas de bancadas costumam ser fruto de negociação

entre os parlamentares e os governadores, quando são escolhidos investimentos em infra-estrutura de âmbito estadual. Merss informou que os líderes partidários decidiram que os cortes serão feitos nas emendas, mas os critérios para sua aplicação ainda dependem de negociações. Baseado em estudos da consultoria técnica da Comissão Mista de Orçamento, ele apresentou alternativas: corte linear de 12,5% em todas as emendas de comissão e de bancadas ou corte de 9,5% nas emendas de bancada e de 25% nas

de comissões. Nos dois casos, a economia ficará próxima de R\$ 950 milhões.

– Eu prefiro o corte linear de 12,5%, mas os dois critérios me darão ainda uma folga de R\$ 50 milhões para atender pedidos de última hora para destinar dinheiro a projetos importantes que ficaram fora do Orçamento – informou Merss, que descarta qualquer possibilidade de corte nas emendas individuais dos parlamentares ou corte de investimentos apresentados originalmente pelo governo.



Moreira Mariz

José Maranhão pede informações sobre os gastos do governo da PB na área da saúde

José Maranhão questiona aplicação de recursos do SUS

José Maranhão (PMDB-PB) apresentou à Mesa requerimento de informações ao Ministério da Saúde sobre o percentual da aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) pelo governo da Paraíba nos últimos três anos.

Segundo o senador, o Tribunal de Contas da Paraíba informa que o governo estadual só aplicou na área da saúde 65% do que determina a legislação.

– Hospitais públicos e postos de saúde do estado estão sem condições de atendimento por falta da aplicação dos recursos que a Constituição determina. Gostaríamos de saber para onde foram os recursos – disse o senador.

Suplicy critica juros altos e câmbio valorizado

Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou ontem “a insistência da equipe econômica, do Ministério da Fazenda e do Banco Central, na combinação de juros altos com câmbio valorizado”. Ele afirmou que o Banco Central foi “cauteloso em demasia” ao reduzir, na quarta-feira, a taxa básica de juros de 17,25% para 16,5% ao ano.

O senador destacou que a diferença entre as taxas de juros brasileiras e as de outros países é uma das principais razões da sobrevalorização do real, o que atrapalha as exportações nacionais e estimula as importações. Como consequência disso, setores da economia estariam sendo prejudicados – como o de calçados, que teria demitido entre 20 mil e 25 mil trabalhadores em 2005. “Admitindo-se uma taxa de inflação esperada de cerca de 4,5%, a taxa de juro real do Brasil ainda é altíssima: quase 12%”, nota.

Sibá lê artigo de Lula sobre preservação ambiental

Sibá Machado (PT-AC) leu em Plenário artigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a necessidade de se conciliar desenvolvimento econômico e social com a preservação do meio ambiente, publicado no jornal inglês *The Guardian*. No texto, Lula cobra a responsabilidade dos países ricos na redução dos poluentes lançados na atmosfera, ao mesmo tempo em que aponta o envolvimento do Brasil na geração de energia limpa, renovável e alternativa, calcada no álcool e no biodiesel.

Outro assunto abordado por Sibá foi a política econômica do governo, que, na sua opinião, irá traduzir, de forma lenta e gradual, crescimento econômico em melhoria na distribuição da renda no país. Sobre a redução dos juros, o senador endossa a previsão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de que a taxa ficará abaixo dos 10% até o fim do ano.



Moreira Mariz

Mão Santa pede a Lula que “deixe de servir aos ricos, poderosos e banqueiros”

Mão Santa rejeita MP da renegociação de dívidas rurais

Mão Santa (PMDB-PI) protestou contra a edição da Medida Provisória 285/06, que define novas regras para a renegociação de dívidas rurais contratadas junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Em seguida, defendeu a derrubada pelo Congresso do veto do presidente Lula ao projeto de lei da Câmara (PLC 142/05) que tratava da repactuação desses débitos.

– O homem do campo não paga porque não pode. O que eu peço é lei, é justiça. Ô Lula, acorde. Deixe de servir aos ricos, aos poderosos e aos banqueiros.